

**DEPARTAMENTO DA ÁREA DE SERVIÇOS
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO**

LARISSA DAMARIS SABINO DE OLIVEIRA

**TURISMO DE LAZER E ACESSIBILIDADE NO PARQUE DAS ÁGUAS
EM CUIABÁ - MT**

FOLHA DE APROVAÇÃO

TURISMO DE LAZER E ACESSIBILIDADE NO PARQUE DAS ÁGUAS EM CUIABÁ - MT

Artigo apresentado ao Curso de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá - como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Ana Paula Bistaffa de Monlevade
(Orientadora – IFMT)



Prof. Dr. Noel Alves Constantino
(Examinador Interno – IFMT)



Profa. Ma. Marcela de Almeida Silva
(Examinadora Interna – IFMT)

Data: 13/06/2019

Resultado: *Aprovado*

TURISMO DE LAZER E ACESSIBILIDADE NO PARQUE DAS ÁGUAS EM CUIABÁ - MT

OLIVEIRA, Larissa Damaris Sabino de¹

Orientadora: Prof^ª. Dra. MONLEVADE, Ana Paula Bistaffa de.²

Resumo

O lazer é um direito social de todo cidadão e imprescindível para qualidade de vida do mesmo. Para tanto, são necessários espaços coletivos e gratuitos para que isso de fato ocorra em uma sociedade. Em Cuiabá/MT o Parque das Águas é um importante equipamento de turismo e lazer que pode atender toda a população por ser um espaço público e democrático. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a estrutura de acessibilidade do parque para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Visando descrever o espaço e os equipamentos oferecidos aos visitantes e identificar quais adequações são necessárias para que possa receber os visitantes/turistas (deficientes e/ou com mobilidade reduzida) de forma acessível. Para um melhor desenvolvimento desse trabalho foi utilizado na pesquisa de campo o formulário do MTur (Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade) para observação e análise do espaço físico e dos equipamentos do parque. Foi possível observar com a análise dos dados levantados que apesar do parque ser de uso comunitário, algumas adequações ainda são necessárias para atender a população que tenha alguma dificuldade de locomoção, mobilidade reduzida e/ou deficientes físicos. Ou seja, para que o parque se torne inclusivo são necessárias adaptações para a sua acessibilidade.

Palavras-chave: Lazer. Turismo de Inclusão. Acessibilidade. Parque das Águas.

ABSTRACT

Leisure is a social right of every citizen and essential for its quality of life. For this, collective and free spaces are necessary for this to actually occur in a society. In Cuiabá/MT the Park of the Waters is an important equipment of tourism and leisure that can meet all the population for being a public and democratic space. In this way, this article aims to analyze the accessibility structure of the park for people with disabilities or reduced mobility. With the aim of describing the space and equipment offered to visitors and identifying which adaptations are necessary in order to receive visitors/tourists (disabled and/or with reduced mobility) in an accessible way. For a better development of this work was used in field research the MTur form (Roadmap of Inspection – Mapping of Accessibility) for observation and analysis of the physical space and equipment of the park. It was possible to observe with the analysis of the collected data that although the park is of community use, some adjustments are still necessary to meet the population that has some difficulty of locomotion, reduced mobility and/or disability. In order for the park to become inclusive, adaptations are necessary to its accessibility.

Keywords: Leisure. Inclusion Tourism. Accessibility. Water Park.

¹ Graduanda do Curso de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá. llaridamariis@gmail.com

² Professora Orientadora. Doutora em Educação e Docente do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá do Curso de Bacharelado em Turismo e Eventos Integrado. ana.monlevade@cba.ifmt.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades econômicas que mais cresce no país e no mundo. Segundo dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC) de 2018, o setor de viagens e turismo cresceu 3,9% enquanto a economia global 3,2%. Porém esse crescimento vem acompanhando cada vez mais de responsabilidade social que acontece de várias formas, como a importância de tornar o ambiente mais acessível às pessoas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida.

De acordo com a definição da Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001) o segmento compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer negócio ou outros.

Em termos de economia é também um dos setores que mais emprega diretamente e indiretamente no mercado, contribuindo de forma significativa para o Produto Interno Bruto (PIB). Segundo a pesquisa elaborada pela consultoria britânica *Oxford Economics*, a contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,1% em 2018, totalizando US\$ 152,5 bilhões (8,1%). Na medição anterior de 2017, o turismo respondia por 7,9% das riquezas nacionais, apesar da injeção superior de divisas (US\$ 163 bilhões). Em relação ao volume de postos de trabalho, o mercado ocupou 6,9 milhões de pessoas, o equivalente a 7,5% do número global de vagas no país³.

Os dados só comprovam o impacto econômico que o turismo apresenta na economia do país e em outras partes do mundo. Esse crescimento é estimulado por vários fatores relacionados à infraestrutura de apoio ao turismo: “sistemas de transportes, energia elétrica, serviço de abastecimento de água, arruamento, sistema de comunicação, sistema educacional” (GLOSSÁRIO DO TURISMO, 2018, p. 18). Além da infraestrutura, os equipamentos turísticos apresentam-se como fundamentais e indispensáveis para o desenvolvimento da atividade, envolvendo todos os setores, entre eles entretenimento, alimentação, agenciamento e outros serviços turísticos. Ficando evidente que o sucesso do turismo depende de uma gama de fatores.

É importante ressaltar que o turismo não é apenas uma atividade econômica, mas uma forma de minimizar o impacto da vida cotidiana e que deve inserir a todos independente das

³ Dados disponíveis em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12461-cresce-a-participa%C3%A7%C3%A3o-do-turismo-no-pib-nacional.html>>. Acesso em: 06/04/19.

suas limitações. Sabemos que a correria do dia a dia – trabalho, trânsito, acaba ocasionando um alto nível de estresse. Para sair da rotina diária maçante, as pessoas procuram locais para descansarem. Daí a importância de alguns espaços como os parques, praças, centros históricos, centros de eventos na contribuição da qualidade de vida, independente da faixa etária, condição social, econômica, pessoas com algum tipo de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesta perspectiva, encontra-se o Parque das Águas em Cuiabá/MT que conta com uma extensão total de 270 mil m², sendo 1.500 metros destinados para pista de caminhada e outros 1.600 metros de ciclovia, bem como uma área destinada para bares e restaurantes. Além disso, possui uma fonte luminosa, com o Túnel das Águas de 14 metros, passando a compor o quadro de atrações do parque. A fonte está instalada no centro da Lagoa Paiaguás. Durante as apresentações, são lançados jatos de água de até 70 metros de altura, todos iluminados coloridamente e “dançando” conforme o ritmo de pelo menos 20 canções diferentes, fazendo o famoso “Show das Águas” (PREFEITURA DE CUIABÁ, 2018).

Apesar de se impressionar pelo espaço e pela beleza, principalmente durante a noite com as fontes luminosas, percebe-se que parte da infraestrutura existente no local não oferece equipamentos destinados a pessoas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. Por isso a importância de se fazer um estudo que dedique atenção especial a esses usuários. A equiparação de oportunidades tem que ser entendida como uma conquista da cidadania plena. Nesse sentido o conceito de acessibilidade tem sido cada vez mais valorizado e exigido pela sociedade. Para reforçar a compreensão de acessibilidade, haja vista a necessidade de apresentar algumas definições como o Decreto nº. 5.296/2004 em seu Art. 5º:

Considera-se, para os efeitos deste Decreto: § 1º I: pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei no 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental.

E a Norma da ABNT, NBR 9050:2004 (MTUR, 2006) na qual a acessibilidade é definida como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a estrutura de acessibilidade do Parque das Águas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pois o mesmo tornou-se um referencial em lazer para a população local, consolidando-se cada vez mais como um ponto turístico da capital. Enquanto objetivos específicos, descrever o

espaço e os equipamentos oferecidos aos visitantes/turistas do parque e identificar quais adequações são necessárias para que o espaço possa recebê-los (deficientes e/ou com mobilidade reduzida) de forma acessível.

Os motivos que levaram a escolha do tema estão relacionados ao fato do Parque das Águas possuir inadequações de acessibilidade aos usuários, dos quais necessitam de equipamentos para a locomoção. Já que o parque se destaca cada vez mais como um grande ponto de visitação e uma alternativa a mais para as pessoas em busca de lazer e entretenimento. Assim, torna-se indispensável que o espaço seja adequado para o recebimento de cada indivíduo, conforme as suas limitações.

2.0 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de base qualitativa e tem como objetivo um maior aprofundamento da compreensão dos fenômenos. Portanto, segundo Engel; Silveira (2009, p. 31), “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. Ainda segundo Engel; Silveira (2009), as pesquisas qualitativas estão centradas na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, fazendo que se preocupe com aspectos da realidade, que não podem ser quantificados.

Pensando na compreensão e no maior aprofundamento dos fenômenos, o trabalho adotou também como metodologia a pesquisa descritiva, como parte fundamental na constituição do artigo. A pesquisa descritiva permite identificar, registrar, analisar as características, fatores que se relacionam com o fenômeno. Para Gil (1999) uma das características da pesquisa descritiva se encontra na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Deste modo a coleta de dados aconteceu através da realização da pesquisa de campo utilizando o “Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade” do MTur. Trata-se de um questionário para análise de equipamentos e adequações de forma geral, no que tange aos aspectos de acessibilidade turística, por meio de observações técnicas, e aplicações de 37 perguntas de verificação de acessibilidade de ambientes urbanos e uma tabela de avaliação de condições de acessibilidade pública.

A ficha contou com questões relacionadas ao tema, e está dividida da seguinte forma:

* **Acessos externos:** estado de conservação das calçadas, especificação do tipo de pisos externos, rampas acessíveis e sinalização tátil de alerta em interferências;

- * **Sanitários:** quantidade de sanitários acessíveis, instalação de barras de apoio;
- * **Sinalização de equipamentos:** sinalização em batentes, sinalização em corrimão e circulações;
- * **Pisos táteis direcionais:** a edificação possui pisos táteis direcionais, referente ao estacionamento, circulação e acesso.

Utilizou-se também a ABNT NBR 9050: (2004) - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e registro de imagens dos locais de acesso para auxílio na investigação da infraestrutura do Parque das Águas, bem como buscando verificar se o mesmo se encontra em conformidade com as Normas.

A pesquisa feita com o “Roteiro de Inspeção – Mapeamento da Acessibilidade” do MTur foi realizada no dia 06 de maio de 2019.

3.0 O LAZER E O TURISMO E SUA IMPORTÂNCIA PARA QUALIDADE DE VIDA

O lazer é essencial para o aumento da qualidade de vida das pessoas, independente da classe social ou de alguma deficiência que limite as condições físicas ou mentais do ser humano. Nesse sentido os fatores sociais não podem ser vistos como um agravante para a prática do lazer. Para Júnior; Sferra; Bottcher (2012):

O lazer é algo que está presente na vida das pessoas, mas nem todos sabem a importância dessa atividade, que traz muitos benefícios para nossa qualidade de vida. Entre os seus benefícios podemos citar o combate ao estresse, facilita a circulação do sangue promovendo assim uma homeostase, ou seja, um equilíbrio no meio interno do corpo, colaborando na manutenção da saúde (p. 01).

É notória a importância que o lazer desempenha na qualidade de vida das pessoas, seja ela na parte física ou mental, ainda mais quando se trata da dinâmica proporcionada pela agitação dos grandes centros urbanos.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Cuiabá possui uma população estimada para 2018 de 607.153 pessoas, um aumento significativo desde o último censo de 2010 de 551.098 pessoas. Com o aumento populacional novos problemas surgem ou simplesmente se agravam tais como trânsito, desemprego, estresse. Nesse sentido é importante que a pessoa disponibilize um tempo para organizar suas ideias e ao mesmo tempo dê ao seu corpo um tempo para o descanso. E uma das formas possíveis é a disponibilidade de espaços físicos, públicos ou privados como uma alternativa.

O lazer tem como principal fundamento a satisfação pessoal, em que cada indivíduo possa fazer algo para se distrair, conforme aquilo que lhe dá prazer. De acordo Wereck *apud*

Melo (2013), nas últimas décadas o lazer vem sendo concebido como um passo fundamental para a busca de qualidade de vida.

3.1 Lazer e Turismo

O lazer é apresentado pela Constituição Federal (1988) em seu art. 6º um dos direitos sociais vitais ao cidadão: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, *o lazer*, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. E pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu art. 24º: “Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos *lazeres* e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas”. Ou seja, o lazer é compreendido como uma necessidade básica do ser humano, ligada a cidadania, independente da sua classe social, etnia ou gênero.

Segundo Coriolano *apud* Parente (2012, p. 100) “lazer pode e deve ser identificado como uma ação cultural, uma oportunidade para a participação democrática e de desenvolvimento pessoal e social”. Portanto, práticas esportivas, danças ou atividades culturais acabam tendo destaque. De acordo com Alves Júnior (2013), podemos identificar o lazer como uma forma de recuperar as energias e promover a felicidade que as pessoas não encontram no trabalho.

Contudo, a prática do lazer de forma igualitária torna-se difícil, devido ao crescimento das cidades o que dificulta sua concretização por conta do cotidiano em que vivem as pessoas, marcado pela desigualdade social, exclusão, violência e discriminação, tornando-se muitas vezes um agravante.

Dumazedier *apud* Lohmann; Netto (2008) atribui ao lazer um conjunto de ocupações, dando ao indivíduo a liberdade de se entregar de acordo com sua vontade. Sendo “para divertir-se, recrear-se ou entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária” (p. 73).

Algumas definições de lazer estão associadas aos aspectos educativos como a apresentada por Menoia (2000), “[...] sendo uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social” (p.12).

Apesar das definições variarem de acordo com cada autor, elas se assemelham em alguns aspectos como o físico e o mental, procurando de alguma forma atribuir ao lazer sua importância social dentro da sociedade.

Ainda sobre o lazer Camargo *apud* Souza (2001) faz uma observação sobre a importância do mesmo enquanto objeto de conhecimento e vivência para o profissional do turismo. Afirmando ainda a necessidade de uma melhor compreensão do fenômeno turístico enquanto uma manifestação cultural num momento em que é tão exaltado a sua funcionalidade econômica, dada a sua posição de destaque no cenário econômico mundial.

Alguns autores como Barreto (1995), afirmam que a primeira conceituação de turismo foi datada em 1911, pelo economista austríaco *Hermann von Schullern* que o concebeu como “o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (p. 09). Esse conceito se caracteriza pela dimensão econômica dada pelo autor devido a sua formação acadêmica na área da economia.

Já Barreto (2003) definiu o turismo sendo:

[...] essencialmente movimento de pessoas e atendimento às suas necessidades, assim como às necessidades das outras pessoas que viajam. O turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação (p. 47).

O conceito e a definição de turismo foram amplamente debatidos ao longo dos anos. Dias (2003) em seu livro *Sociologia do Turismo*, faz uma ampla discussão a respeito do assunto. Para o autor “o turismo é uma atividade que envolve o movimento constante de pessoas, que se deslocam de um local de origem a um destino e vice-versa” (p. 27). Porém, muito mais do que o deslocamento de pessoas o turismo torna-se um fenômeno social, pois o fato de se deslocar e permanecer longe do seu local de moradia, provoca profundas alterações ambientais, econômicas, culturais, sociais e políticas numa proporção que poucos fenômenos sociais conseguiram gerar ao longo da história da humanidade (DIAS, 2003).

Enfim, a interdisciplinaridade do conhecimento permitiu ao turismo um enfoque social cada vez maior, buscando atender as necessidades das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

O turismo é uma atividade que tem grande impacto na economia de todo o mundo, existindo uma busca permanente por parte dos consumidores por novos produtos, levando a busca de novas estratégias de planejamento e a promoção do turismo. Essas novas estratégias não devem se limitar a um único perfil de consumidor, mas sim se estender a outros grupos. Sendo importante lembrar que todas essas mudanças devem estar atreladas a responsabilidade social.

3.2 Acessibilidade

Acessibilidade tem como característica garantir as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida um ambiente que possa contribuir na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. Tendo em vista que essas melhorias devem estar presentes nos espaços, transportes, informações, tecnologias de informação e comunicação, assim como serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.

A Lei 10.098/2000 procura justamente normatizar a garantia desses ambientes:

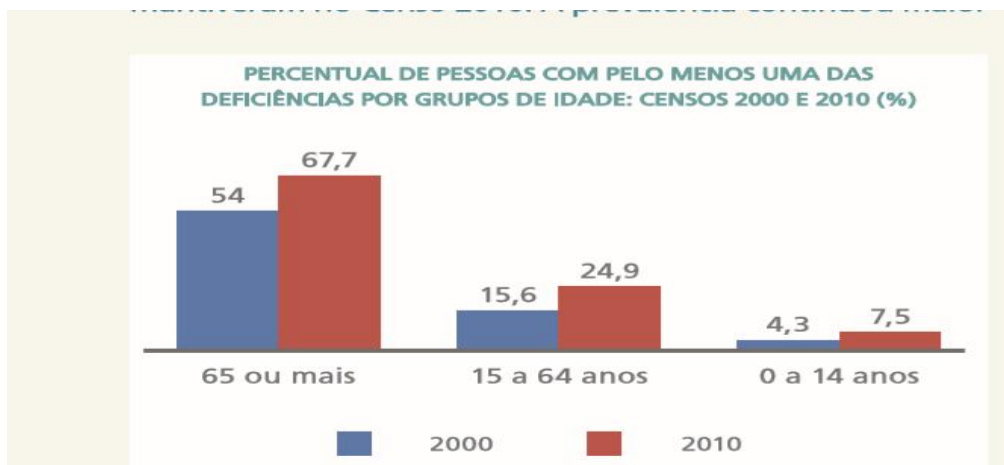
Art. 1º: Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

A respeito da definição de acessibilidade de acordo com a Lei 10.098/2000, Art. 2:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

De acordo com o último censo do IBGE em 2010 o número de pessoas com algum tipo de deficiência no país foi para 45 milhões ou 23,9% da população total, se comparada ao ano 2000 que tinha cerca de 25 milhões de pessoas ou 14,5% da população (Figura 01). O IBGE afirma que esse aumento de percentual pode ser devido à mudança do método de investigação das deficiências, ocasionando parte do aumento de 12,4 pontos percentuais sobre o número de pessoas e influenciado outras características da população com deficiência, mas, mesmo assim, é possível identificar determinadas tendências do Censo 2000 que se mantiveram no Censo 2010.

Figura 01: Percentual de pessoas com pelo menos uma deficiência



A prevalência continuou maior na faixa etária de 65 anos ou mais de idade. Na faixa de 15 a 64 anos, a frequência em 2010 foi relativamente alta e continuou sendo maior do que a do grupo de 0 a 14 anos como afirma o gráfico.

A partir dos dados apresentados é importante que se tenha uma noção do que vem a ser a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida. Deficiência é a pessoa que “possui limitação ou incapacidade para o desempenho de algum tipo de atividade” (MTUR, 2010, p. 14). Podendo ela pode ser de natureza física, auditiva, visual, mental, múltipla (associação de duas ou mais deficiências).

A mobilidade reduzida é a dificuldade de movimento, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, são pessoas idosas, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e obesos. A Lei Nº 10.048, de 8 de Novembro de 2000, trata da prioridade de atendimento às pessoas deficientes e de pessoas que se enquadram na qualidade de mobilidade reduzida: “Art. 1º: As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei”.

A democracia pressupõe a participação de todos e umas das grandes dificuldades na qual ela esbarra é justamente referente à desigualdade e a exclusão social. Daí a importância dos marcos legais e normativos influenciada pelo aumento da conscientização e da importância da acessibilidade e da Norma da ABNT NBR 9050 que tem como objetivo “estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto,

construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade” (2004, p.01).

Todavia, a Constituição Federal de 1988 proporcionou alguns avanços a respeito da proteção e da garantia de inclusão às pessoas com deficiência. Como afirma o parágrafo 2º, do art. 227, e no art. 244:

Art. 227, § 2º – A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. Art. 244 – A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º. A cerca do conceito de deficiência, o Decreto 3.298/99, considera como tal em seu Art. 3º: I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

É importante destacar o Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004 – Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade e atendimento às pessoas e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

3.3 A Importância da Acessibilidade para o Lazer e o Turismo

O Plano Nacional de Turismo 2018-2022, também prevê ações que formulem políticas públicas para o desenvolvimento dos segmentos turísticos de demanda segmentada como as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, além do público idoso, jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Referente às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida como uma das problemáticas desse trabalho é preciso apontar algumas iniciativas do Governo Federal em defender a igualdade de oportunidades a todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ou seja, sendo fundamental o amparo jurídico estabelecidos com o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, Art. 1º, onde fica instituído o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

Plano Viver sem Limite, com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com status de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

A responsabilidade social vai de encontro com o que está estabelecido no Código Mundial de Ética do Turismo em seu artigo 2º, parágrafo 2º ao tratar o Turismo enquanto Instrumento de Desenvolvimento Pessoal e Coletivo:

As atividades turísticas deverão respeitar a igualdade entre homens e mulheres. Do mesmo modo, deverão ser promovidos os direitos humanos e, em particular, os direitos específicos dos grupos de populações mais vulneráveis, especialmente as crianças, os idosos, as pessoas com deficiência, as minorias étnicas e os povos autóctones.

Esse decreto ratifica o compromisso que o Brasil tem com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Nesse sentido o Ministério do Turismo idealizou o Programa Turismo Acessível, que compartilha com as metas e as ações do Governo Federal. O programa busca defender e garantir a plena participação e inclusão na sociedade, condição de vida com dignidade, igualdade de oportunidade a todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida também na atividade turística (BRASIL/MTUR, 2014).

3.4 Parque das Águas e o Lazer em Cuiabá

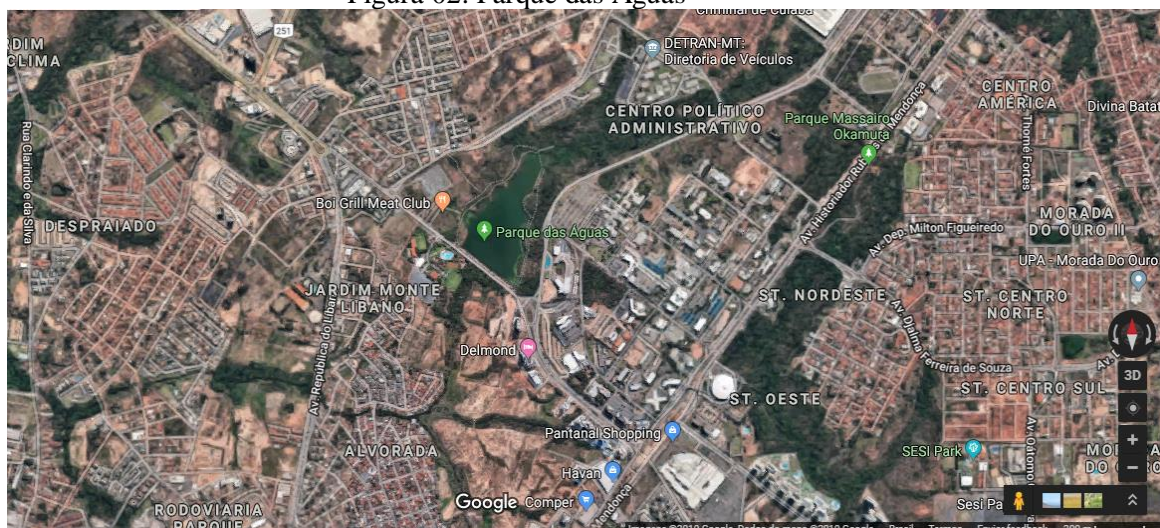
Segundo Fabio de Oliveira Campos, um dos administradores do Parque das Águas, a criação do parque se deve a uma viagem do então governador na época - Mauro Mendes - ao exterior. Durante a visita pode observar um espaço com estrutura semelhante e logo teve o desejo de dar a vida ao local que durante muito tempo ficou abandonado contribuindo para a restauração da Lagoa Paiaguás.

Em um discurso para a população realizado no dia 30 de dezembro de 2016, Mauro Mendes lembra que o "espaço é a consagração de um sonho de nove anos⁴". O Parque das Águas é um espaço que proporciona as pessoas, independente da sua situação financeira uma opção para o lazer. Uma simples caminhada pode proporcionar as pessoas um momento na qual ela possa se desligar dos problemas sociais que afligem sua vida. Ou seja, o lazer está ligado diretamente a tudo que lhe proporcione momentos de tranquilidade e prazer, não só o bem-estar físico, mas também o mental.

⁴ "Em 2007, durante uma visita à China como presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso, tive a oportunidade de percorrer as ruas e os arredores do país ao lado de outros empresários. Em uma visita a um local de estrutura semelhante ao Parque das Águas, partilhei o desejo de devolver à vida esta lagoa, que por tantos anos esteve abandonada. Hoje estou aqui diante de cada cidadão presente, ao lado dos meus companheiros de luta que compraram essa proposta ousada, olhando nos olhos da população com a certeza de dever cumprido. Ainda temos alguns ajustes para finalizar, mas estou realizado por tornar real um sonho particular e um antigo anseio coletivo" (Matéria disponível no site da Prefeitura de Cuiabá em: <http://www.cuiaba.mt.gov.br/cultura-esporte-e-turismo/parque-das-aguas-e-a-consagracao-de-um-sonho-de-nove-anos-diz-mauro-mendes/13936>).

O parque foi idealizado para trazer novos espaços de lazer, de convivência, esporte e qualidade de vida para a população de Cuiabá. O local proporciona aos visitantes práticas como caminhadas, patinação, ciclovias, praça de alimentação, além de oferecer espaços para piqueniques com amigos e famílias.

Figura 02: Parque das Águas



Fonte: Google Maps (2019)

De acordo com a (figura 02), o parque é uma área de lazer de 270 mil m² e conta com 1.500 metros de pista de corrida e caminhada, 1.600 metros de ciclovia, além de dois restaurantes e um *Food Park*. O espaço ainda dispõe de duas academias ao ar livre, parquinhos infantis, dois estacionamentos com capacidade para 600 veículos, túnel das Águas - com a extensão de 14 metros e que permite a passagem por entre os jatos de água; a Splash Zone para as crianças que emite jatos de até 10 metros de altura saindo do chão; o Show das Águas - com quase 400 fontes e a Cachoeira com névoa artificial e luzes fluorescentes. A ideia é que o parque torne-se uma referência em termos de lazer para a população cuiabana, consolidando também como um dos grandes pontos de visitação da capital mato-grossense.

4.0 ACESSIBILIDADE NO PARQUE DAS ÁGUAS - RESULTADOS

Os dados obtidos para a análise dos dados desse trabalho foram coletados a partir do Roteiro de Inspeção - Mapeamento da acessibilidade do Ministério do Turismo.

O mapeamento de acessibilidade no município é importância, pois tem como objetivos:

Analisar, de forma geral, os aspectos de acessibilidade turística às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, envolvendo visitas e observações técnicas dos equipamentos e edificações públicos e seu mobiliário urbano, assim como das instalações e serviços dos estabelecimentos privados e dos principais pontos turísticos locais (MTUR, 2009, p. 11).

O mapeamento envolve um exercício de conscientização ao incentivar a acessibilidade nos mais variados ambientes e adequá-los, além de sensibilizar e conscientizar a comunidade local e os turistas.

4.1 Acessos externos

Foram constatadas que no âmbito geral os acessos externos possuem um estado de conservação regular de acordo as normas adequadas para a locomoção dos ocupantes do parque. Em relação às guias rebaixadas, podemos afirmar que são adaptáveis e de fácil acesso para os usuários de acordo com a norma ABNT NBR 2004.9050.

Referente às calçadas e pisos externos, constatamos que o mesmo é antiderrapante e antitrepidante. Atendendo assim, a norma acima, que diz que o piso precisa ser necessariamente antiderrapante. Contudo, algumas rampas excedem a inclinação admissível constado nas normas (figura 03) e também a ausência de corrimão em ambos os lados da rampa, conforme as normas da ABNT, onde “corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas” (ABNT, 2004, p. 46). Como mostra na (figura 04) abaixo.

Figura 3: Calçada com piso antiderrapante



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 4: Rampa com ausência de corrimãos



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Em relação às rampas acessíveis, constatamos que estão fora das normas. A inclinação da rampa esta acima das adequações não atende as normas de 8,33% de inclinação segundo (ABNT 2014, p. 41). Também está inadequada a sinalização tátil de alerta. Falta rampa acessível na entrada do parque, em frente a faixa de pedestre e no acesso 02 (figura 05).

Figura 5: inexistência de rampa acessível na entrada do parque



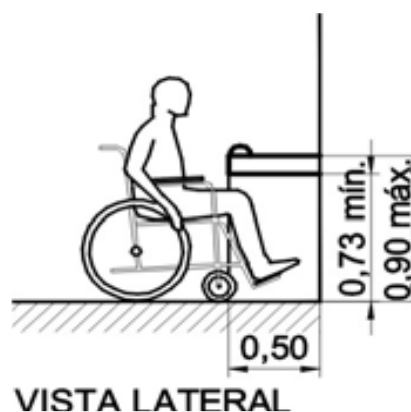
Fonte: Arquivo pessoal (2019)

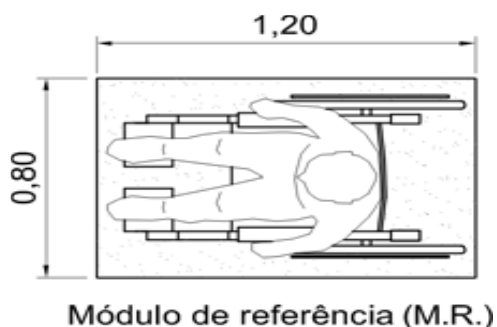
Outro ponto analisado foi à altura do bebedouro que se encontra fora dos padrões, medindo 90 cm. De acordo com ABNT, “o bebedouro acessível deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso. Deve ser garantido um Módulo de referência, para a aproximação frontal ao bebedouro, podendo avançar sob o bebedouro até no máximo 0,50” (ABNT 2004, p. 90), conforme a (figura 06) a baixo.

Figura 6: bebedouro externo



Fonte: Arquivo pessoal (2019)





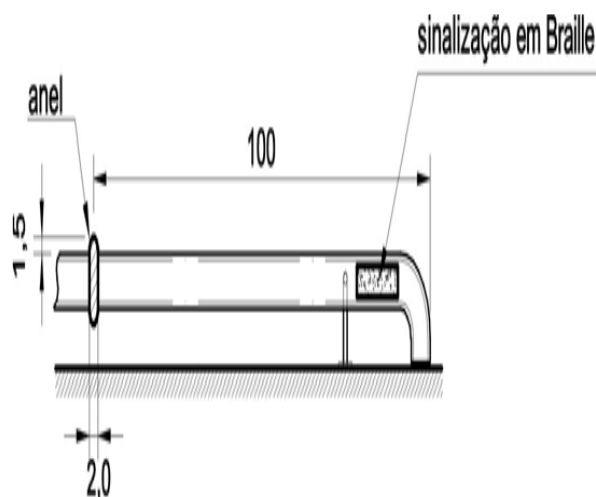
A respeito da praça de alimentação, constatamos alguns pontos positivos, pois existem rampas com corrimãos permitindo um acesso adequado até o local, porém não contendo sinalização em braille em ambos os lados e anéis sinalizando o início e o final. As rampas e tratamento de desníveis existem, mas fora da norma. De acordo com a ABNT NBR 9050 é recomendável que os corrimãos de escadas e rampas sejam sinalizados através de:

a) anel com textura contrastante com a superfície do corrimão, instalado 1,00 m antes das extremidades, conforme figura:

Figura 7: acesso até a praça de alimentação (Food Park)



Fonte: Arquivo pessoal (2019).



O acesso aos aparelhos de ginásticas não possuem rampas, pisos táteis de alerta e pisos táteis direcionais. A sinalização tátil de alerta, consiste em uma textura da sinalização em um conjunto de relevos tronco-cônicos, enquanto a sinalização tátil direcional consiste em uma textura em relevos lineares, regularmente dispostos (ABNT, 9050.2004). Outra questão levantada durante a pesquisa de campo é o fato dos aparelhos não serem adaptados às pessoas

deficientes ou com modalidade reduzida, como mostra na (figura 09) e também o acesso ao aparelho de ginástica não possui rampas acessíveis (figura 08).

Figura 8: aparelho de ginástica não possui rampa acessível



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 9: aparelho de ginástica.



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Outro espaço analisado é o acesso à quadra de areia com uma rampa que se encontra em má condição de uso. Observamos que falta reparos nesse espaço podendo ser perigoso caminhar nesse percurso, pois além de ser bastante movimentado também é muito difícil o acesso para quem precisa de adequações como se observa logo abaixo (figura 10)

Figura 10: rampa em má condição de uso. Acesso à quadra de areia



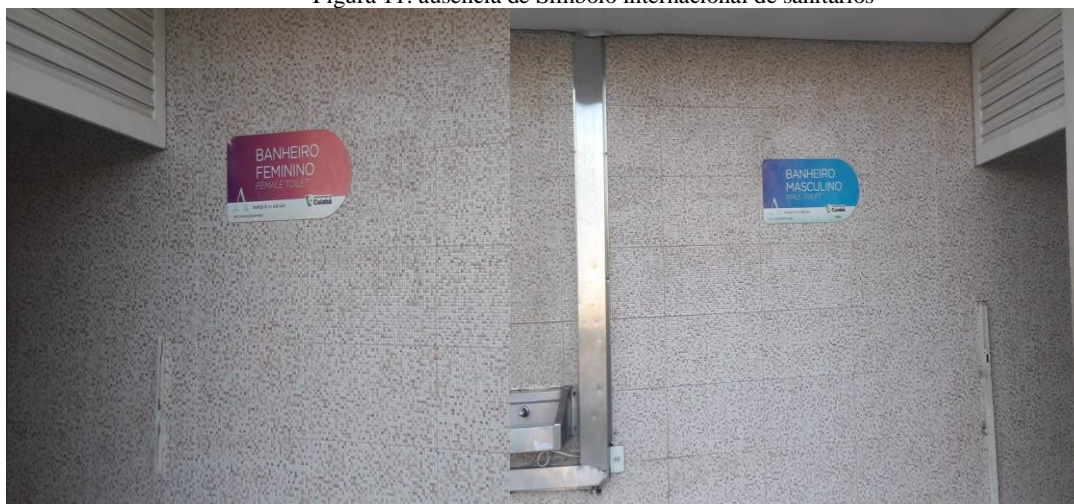
Fonte: arquivo pessoal (2019)

4.2 Acessos Internos

Quanto à circulação interna do parque, são regulares e parcialmente acessíveis, pois tem rotatividade acessível com trajeto contínuo, e flexibilidade para se locomover na área interna, porém requer adequações para a utilização de ambientes oferecidos.

Quanto aos sanitários, apesar da quantidade ser inferior ao mínimo legal, às medidas está de acordo com as recomendadas pela ABNT. Contudo foi identificada logo na entrada dos banheiros a ausência do Símbolo Internacional de sanitários acessíveis. Como aponta a figura 11.

Figura 11: ausência de Símbolo internacional de sanitários



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

As normas (ABNT, 2004. p. 20), afirma que “para os sanitários acessíveis, deve ser acrescido, para cada situação, o símbolo internacional de acesso”.



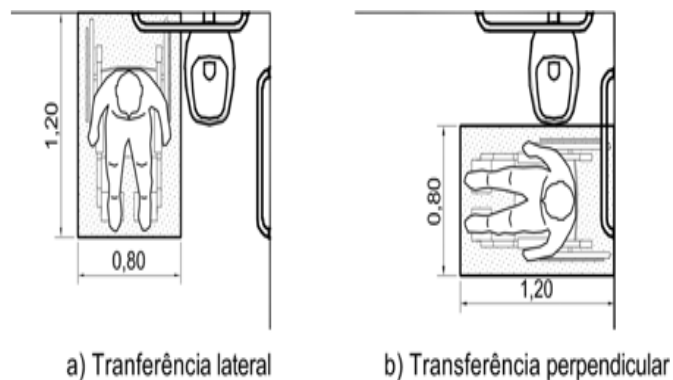
Referente às portas que dão acesso aos sanitários, possuem a largura correspondente a 1m, sendo a largura mínima de 0,80 cm. As barras de apoio estão localizadas parcialmente em seu devido lugar, pois foi constatada a falta de uma barra de apoio ao fundo da bacia sanitária. Conforme a norma, uma das condições exigidas sobre a localização das barras de apoio deve estar “junto à bacia sanitária, na lateral e no fundo, devem ser colocadas barras horizontais para apoio e transferência, com comprimento mínimo de 0,80 cm, a 0,75 cm de altura do piso

acabado (medidos pelos eixos de fixação)” (ABNT, 2004, p. 67). De acordo com as medidas durante a pesquisa a altura da barra corresponde a 0,81 cm de altura, ficando fora das normas aceitáveis, além disso, o comprimento da barra é de 0,62 cm, bem abaixo do recomendável conforme a figura 12.

Figura 12: barra de apoio com comprimento inadequado



Fonte: Arquivo pessoal (2019)



A pia do banheiro é inacessível de acordo com a norma vigente, pois está com 0,85 cm de altura, segundo a ABNT deve possuir no máximo 0,80cm. Barras e maçanetas horizontais também estão parcialmente adequadas. A edificação não possui nenhum piso tátil de alerta e piso tátil direcional.

Figura 13: sanitário



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

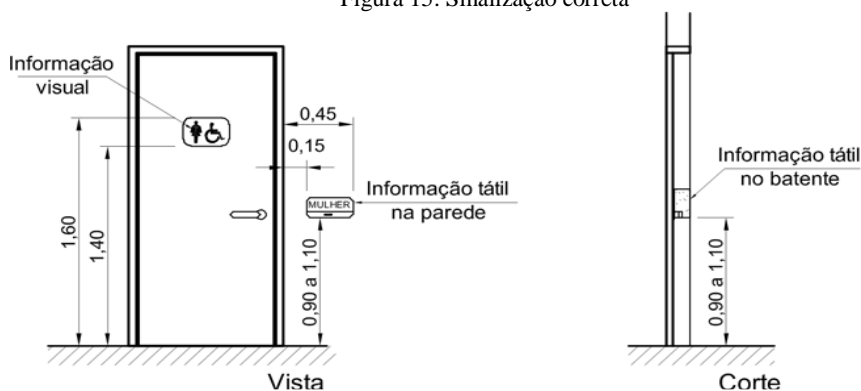
Figura 14: Portas sem sinalização (Braille)



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Não existe sinalização em Braille em batentes, segundo a ABNT (2004) a sinalização tátil em *braille* deve ser instalada nos batentes (paredes, divisória ou painel) do lado onde se encontra a maçaneta, a uma altura 0,90cm e 1,10 cm de altura, conforme mostra a figura 15:

Figura 15: Sinalização correta



O Parque das Águas possui dois estacionamentos que juntos chegam aproximadamente a 1.000 vagas. O estacionamento principal possui 600 vagas e o localizado atrás dos restaurantes pode chegar a 400 vagas, sendo o primeiro estacionamento principal com 4 vagas PNE, e 9 vagas para idosos sem placas, e segundo acesso com 5 com vagas PNE e uma vaga para idoso com placa. Local adequado para o estacionamento e sinalização com símbolo internacional de acesso. Segundo a ABNT (2004) devem ser fixadas em locais visíveis ao público, indicando acesso as pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida.

Figura 16: Estacionamento. Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque das Águas é sem dúvida um espaço destinado para a prática do lazer, importante para o convívio social e para a qualidade de vida da população de Cuiabá. Uma necessidade básica do ser humano, ligada à cidadania, independente de etnia, gênero, classe social e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ou seja, um espaço de socialização.

O Parque das Águas se consolida como um atrativo turístico, por esse motivo não deve ser compreendido apenas visando à perspectiva econômica que acontece na maioria dos empreendimentos turísticos. O parque, assim como qualquer atividade voltada para o turismo é uma forma a mais de minimizar impactos causados pela correria da vida cotidiana, integrando todas as pessoas independentes das suas limitações.

Apesar do seu caráter econômico, se tem por parte do turismo uma preocupação maior em desenvolver políticas públicas que visam promover a inclusão social e acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas atividades turísticas.

A pesquisa buscou analisar as estruturas de acessibilidade oferecidas no Parque das Águas descrevendo o espaço de uma forma mais detalhada, averiguando se os equipamentos oferecidos aos visitantes estão de acordo com as leis, decretos e normas. Apesar de se tratar de um espaço amplo e de uma procura grande por parte das pessoas o parque ainda precisa fazer adequações para um melhor atendimento aos visitantes/turistas com deficiência ou mobilidade reduzida. Constatamos que apesar de haver modificações para melhorar a acessibilidade no local, muitas delas não estão de acordo com o que rege a ABNT NBR 9050:2004.

O Parque das Águas, enquanto espaço público destinado ao lazer e ao turismo tem como desafio e obrigação de desenvolver ações que busque promover acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida como afirma a Lei 10.098/2000.

6.0 REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações mobiliário, espaços equipamentos urbanos, 2004.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2017.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: SP - Papirus, 2003. (Coleção Turismo).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº. 5.296/2004 de 2 de dezembro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 19/04/2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.612 DE 17 de novembro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm, acesso em: 30/05/2019.

BRASIL. Casa Civil. Lei – Planalto: **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03>leis>, acesso em: 30/05/2019.

BRASIL. Casa Civil. Lei – Planalto: **Lei 10.048, de 8 de Novembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm, acesso em: 30/05/19.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo e acessibilidade**: manual de orientações / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Acessível**: Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível nos Destinos Turísticos. Volume II. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, 52 p.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. O Lazer e a Ludicidade do Brasileiro. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**. 2016.

Cartilha do Censo 2010 – **Pessoas com Deficiência** / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

Cartilha do Censo 2010. **Pessoas com Deficiência**, 2012, p.12. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 06/11/2018.

Dias, Reinaldo. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (2009). (organizadores). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer**: trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas/ Christianne Luce Gomes. - 2. ed. rev. E ampl. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

JÚNIOR, Marco Aurélio Borges Teixeira; SERRA, Luis Francisco Bueno e BOTTCHEER, Lara Belmudes. **A importância do lazer para a qualidade de vida do trabalhador**.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo**: Conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

MELO, Mariana Inocência Oliveira. **Parques Urbanos, a Natureza na Cidade**: Práticas de Lazer e Turismo Cidadão. Dissertação (Dissertação em Turismo) – UNB. Brasília, p. 204. 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Cresce a participação do Turismo no PIB nacional**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/12461-cresce-a-participacao-do-turismo-no-pib-nacional.html>. Acesso em: 19/04/2019.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>>. Acesso em: 06/11/2018.

_____. **Código Mundial de Ética do Turismo**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PREVIEW_MTUR_Codigo_de_Etica_Turismo_120_210mm_Portugues.pdf, acesso em: 30/05/19.

_____. **Glossário do turismo**: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos – 1ª edição. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. 44 p.

_____. **Programa Turismo Acessível**. Brasília: Ministério do Turismo, 2014.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC/Rio/005, janeiro 2009. (DPI/876). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em : 06/11/18.

PARENTE Karlos Markes Nunes. **Espaços Públicos e Privados de Lazer e Turismo na Orla Oeste de Fortaleza**: Embates Políticos e Contradições Socioespaciais. Dissertação (Dissertação em Geografia) – PPG. Fortaleza – CE, 2012.

PREFEITURA DE CUIABÁ. **Parque das Águas**. Disponível em: <www.cuiaba.mt.gov.br/servicos-urbanos/parque-das-aguas-se-consolida-como-ponto-de-lazer-para-a-populacao/15795>. Acesso em: 27/09/2018.

SANCHO, Amparo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

SOUZA, Tatiana Roberta. **Lazer e Turismo**: Reflexões Sobre Suas Interfaces, 2010.

7.0 ANEXOS

Roteiro de Inspeção - Mapeamento da acessibilidade Parque das Águas

Nome do logradouro				
Tipo: () Rua () Avenida () Travessa () Calçada () Outro:				
Bairro	Distrito	Coordenadas geográficas:		
Largura da faixa:	Livre:	De serviço:	De acesso:	Elevadas:
Tipo de piso				
Largura da vaga:		Comprimento:	Largura da faixa adicional:	

Possui inclinação transversal constante não superior a 2%?	() Sim () Não
Possui superfície regular?	() Sim () Não
Possui piso tátil?	() Sim () Não
Possui rampas?	() Sim () Não
Possui rebaixo?	() Sim () Não
Possui caixa de inspeção?	() Sim () Não
Possui telefones?	() Sim () Não
Possui semáforos com botoeira sonora?	() Sim () Não
Possui bancas?	() Sim () Não
Possui poste?	() Sim () Não
Possui vegetação?	() Sim () Não
Número de vagas totais:	Número de vagas especiais:
Vagas Especiais possuem sinalização vertical?	() Sim () Não
Vagas Especiais possuem sinalização horizontal?	() Sim () Não
Observações:	

Roteiro de Inspeção Verificação da Acessibilidade da Edificação

ACESSOS EXTERNOS À EDIFICAÇÃO

Estado de conservação das calçadas

- a.() Bom
b.() Regular
c.() Ruim
d.() Péssimo

Especificação do tipo de piso externo (calçadas)

- a.() Antiderrapante e antitrepicante
b.() Antiderrapante e trepidante
c.() Derrapante e antitrepicante
d.() Derrapante e trepidante

Guias rebaixadas

- a.() Adequada
b.() Inadequada
c.() Utilizada atualmente, mas fora de norma
d.() Adaptáveis

Rampas acessíveis

- a.() Adequada
b.() Inadequada
c.() Utilizada atualmente, mas fora de norma
d.() Adaptáveis

Sinalização Tátil de Alerta em Interferências

- a.() Existente total
b.() Inexistente total

- c.() Existente parcial
d.() Não existe interferência

ACESSOS PRIVADOS À EDIFICAÇÃO

Estado de Conservação da circulação interna

- a.() Bom
b.() Regular
c.() Ruim
d.() Péssimo

Especificação do tipo de piso (dentro do lote)

- a.() Antiderrapante e antitrepicante
b.() Antiderrapante e trepidante
c.() Derrapante e antitrepicante
d.() Derrapante e trepidante

Circulações e acessos

- a.() Acessíveis
b.() Parcialmente acessíveis
c.() Inacessíveis

ACESSOS AOS AMBIENTES INTERNOS

Os ambientes internos são acessíveis (em %)

- a.() 100% - Todos adequados e acessíveis
b.() Entre 80 e 100% adequados e acessíveis
c.() Entre 50 e 80% adequados e acessíveis
d.() Entre 30 e 50% adequados e acessíveis
e.() Entre 10 e 30% adequados e acessíveis
f.() 10% ou menos dispositivos adequados

Quanto às circulações internas principais

- a.() Possuem largura superior a 1,20m
- b.() Possuem largura entre 1,00 e 1,20m
- c.() Possuem largura entre 0,80cm e 1m
- d.() Não são acessíveis

SANITÁRIOS

Quantidade de sanitários acessíveis

- a.() Superior ao mínimo legal
- b.() Atende a recomendação legal
- c.() Inferior ao mínimo legal

Localização de acordo com a edificação

- a.() Rota acessível em todos os pavimentos
- b.() Rota acessível em apenas um pavimento
- c.() Não está localizado em rota acessível

Disposição dos acessórios

- a.() Dentro da faixa de alcance
- b.() Parcialmente dentro da faixa de alcance
- c.() Fora da faixa de alcance

Instalação das barras de apoio

- a.() Existentes e em local adequado (vaso ou lavatório)
- b.() Existentes porém em local inadequado
- c.() Existe local adequado apenas (vaso ou lavatório)
- d.() Inexistente

Largura da porta

- a.() Igual ou superior a 1m
- b.() Entre 90 cm e 99 cm

SINALIZAÇÃO BRAILLE

Sinalização em batentes

- a.() Em todas as portas existentes
- b.() Apenas em partes das portas existentes
- c.() Em nenhuma das portas existentes

Sinalização em corrimão e circulações

- a.() Em todos os locais indicados
- b.() Apenas nos locais indicados
- c.() Em nenhum dos locais indicados

Em mapas táteis

- a.() Em superfícies inclinadas
- b.() Na parede
- c.() Em nenhum dos locais indicados

Em cardápios

- a.() Somente o Braille
- b.() Na versão tinta e Braille
- c.() Não existe

SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Quanto ao SIA de equipamentos acessíveis

- a.() Existe em todos os elementos acessíveis
- b.() Existe na maioria dos elementos acessíveis
- c.() Existe em parte dos elementos acessíveis
- d.() Não existe SIA

RAMPAS, ESCADAS E TRATAMENTO DE DESNÍVEIS.

Em qualquer tipo de desnível existente

- a.() Todos desníveis tratados adequadamente

c.() Entre 80 cm e 89 cm

d.() Igual ou inferior a 79 cm

Acessórios adequados da porta

- a.() Barra horizontal, maçaneta alavanca e material resistente
- b.() Barra horizontal e material resistente
- c.() Maçaneta horizontal e material resistente
- d.() Barra horizontal e maçaneta horizontal
- e.() Maçaneta tipo alavanca

AUTONOMIA E SEGURANÇA

A edificação permite autonomia e segurança

- a.() Em todos os equipamentos e atividade
- b.() Apenas em parte das atividades
- c.() Na maioria dos equipamentos e atividade
- d.() Não há autonomia em equipamentos e atividades

PISOS TÁTEIS DE ALERTA

A edificação possui pisos táteis de alerta

- a.() Em todos os locais necessários
- b.() Apenas em parte dos locais necessários
- c.() Em nenhum local necessário

PISOS TÁTEIS DIRECIONAIS

A edificação possui pisos táteis direcionais

- a.() Em todos os locais necessários
- b.() Apenas em parte dos locais necessários
- c.() Em nenhum local necessário
- b.() Adaptados e utilizados, mas fora da norma
- c.() Maioria dos desníveis tratados adequadamente
- d.() Parte dos desníveis tratados adequadamente
- e.() Não existe tratamentos ou adaptações

RECEPÇÕES

Sobre as quantidades de assentos

- a.() Atende à norma
- b.() Inferior a recomendação legal, possível de adaptação
- c.() Não atende à norma

Sobre o atendimento às pessoas

- a.() Atende a PCR*, PMR* e PO*
- b.() Atende PCR e PMR
- c.() Atende PMR e PO
- d.() Atende PCR e PO
- e.() Atende apenas PMR
- f.() Não atende a PCR, PMR e PO

Sobre o atendimento à pessoa com deficiência auditiva

- a.() Atende através da linguagem de sinais
- b.() Não atende

ESTACIONAMENTO OU LOCAIS DE EMBARQUE / DESEMBARQUE

Sobre a existência do serviço

- a.() Local adequado para embarque e desembarque
- b.() Local adequado para estacionamento
- c.() Local inadequado para embarque e desembarque
- d.() Local inadequado para estacionamento
- e.() Não existe local adequado para embarque e Desembarque

Sobre a distância do acesso à edificação

- a.() Distância confortável do acesso principal
- b.() Distância confortável do acesso secundário
- c.() Não existe o serviço na edificação
- d.() Distância incômoda para qualquer acesso

Referente ao estacionamento

- a.() Possuem sinalização vertical
- b.() Possuem sinalização horizontal
- c.() Nenhuma sinalização